



O estado-da-arte das ações para certificação em ecoturismo

Waldir E. Prochnow*

Eliane C. de Vasconcelos**

Resumo

Este trabalho aborda de forma conceitual e descritiva as ações envolvidas na tentativa de criar certificações e selos voltados ao ecoturismo. Objetiva apontar os inúmeros modelos de gestão, códigos de ética, certificações e selos ambientais em nível mundial e nacional. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa minuciosa e direcionada, considerando uma série de tentativas e esforços de organizações governamentais, comerciais e não-comerciais para estabelecer diretrizes mundiais e nacionais para Operadoras de Ecoturismo e/ou certificação e credenciamento dos seus produtos. Ao final do levantamento, concluiu-se que existe a necessidade de padronização dos programas já existentes para que o turista possa saber o que escolher em termos de produto ambientalmente sustentável.

Palavras-chave: Ecoturismo; operadoras e roteiros ecoturísticos; certificação.

Abstract

This work refers in a conceptual and descriptive form the involved actions in the attempt to create certifications and stamps directed to the ecotourism. It aims to point the innumerable models of management, ethics codes, ambient certifications and stamps in world-wide and national levels. Therefore, it was used a detailed and directed research considering a series of attempts and efforts of governmental, commercial and no-commercial organizations to establish world-wide and national lines of direction for Operators of Ecotourism and/or certification and recognition of its products. A conclusion was taken at the end of the work that is necessary a standardization of the already existing programs so that the tourist can know what to choose in terms of ambiently sustainable product.

Keywords: Ecotourism; ecotouristics operators and scripts; certification.



Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social



Introdução

Uma das alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável em ambientes naturais tem encontrado na atividade turística um dos principais mecanismos.

Somente políticas de preservação e desenvolvimento *in loco* não são suficientes para atingir os seus objetivos de crescimento real, pois sofrem com o aumento constante do número de visitantes nas localidades receptoras enviados por operadoras turísticas.

Associam-se a isso fatores como problemas de caráter econômico (ganância comercial e oportunista dos empresários), de instrução (aprendizagem, atitude e mudança comportamental), social (qualidade de vida das populações receptoras) e essencialmente ambiental (impactos negativos nos ambientes naturais).

Kiss (2004) cita que a Sociedade Internacional do Ecoturismo (TIES) define o ecoturismo como "viagens responsáveis para áreas naturais que ajudam a conservar o meio ambiente e sustentam o bem-estar das comunidades locais. Isto o distingue do turismo de natureza, que envolve visitar atrações naturais, mas sem nenhum objetivo explícito de conseguir a proteção ambiental e social."

O ecoturismo é considerado o caminho – literalmente – natural da atividade turística no mundo, e em especial no Brasil, por se tratar do país que mais se identifica mundialmente pelas suas vastas e diversificadas áreas naturais disponíveis para exploração, isto de forma responsável e sustentável.

Mas esta atividade ainda se encontra distante de um modelo consolidado, pois o termo ecoturismo está sendo usado apenas como "grife" em pacotes (roteiros turísticos) elaborados pela maioria das operadoras que criam, comercializam e/ou executam tais roteiros em ambientes naturais, demandados por um público cada vez mais exigente e ecologicamente culto.

Dentre as várias iniciativas de associações, instituições e organizações (governamentais ou

não) ligadas ao ecoturismo, muitas, teoricamente, apresentam e indicam inúmeros modelos de gestão, códigos de ética, certificações e legislações voltadas para regulamentar a atividade turística – mais precisamente, o ecoturismo.

Por não se inserir em nenhuma destas iniciativas, a maioria das operadoras turísticas brasileiras demonstra apresentar desconhecimento, atuam de forma isolada em algumas iniciativas, tem dificuldades em implantar ações sustentáveis e, principalmente, carecem de princípios básicos em um processo abrangente, complexo e contínuo na gestão ambiental de seus negócios.

Indicações, procedimentos e aplicações para a utilização de uma identidade "verde" em seus produtos (conhecidos como pacotes e/ou roteiros) por meio da certificação já se encontram regulamentadas, como por exemplo: o selo verde sugerido na Certificação ISO 14024; princípios e componentes que norteiam um programa sólido de certificação em turismo do Acordo de Mohonk; e a Recomendação nº 23 da Declaração de Ecoturismo de Quebec.

Esta identidade poderá significar um instrumento de avanço, dando credibilidade e parâmetros do setor – de forma segura e confiável – aos seus usuários e parceiros.

A base de dados da pesquisa neste artigo foi construída buscando na literatura referencial sobre temas como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, ecoturismo, certificação, turismo sustentável, tratando-se de temas contextualizados na atualidade e que contemplam uma gama infindável de fontes de referência, em diversos meios (acadêmicos; mídia falada, escrita e eletrônica; governamentais, privados e não governamentais).

Para auxiliar neste contexto e para delimitar o tema proposto, após minuciosa e direcionada pesquisa, são apresentadas, inicial e cronologicamente, uma série de tentativas e esforços de organizações governamentais, comerciais e não-comerciais, e por fim individuais, para estabelecer diretrizes mundiais para Operadoras de Ecoturismo (OEs) e/ou certificação

* Bacharel em Turismo (UFPR, 1983); especialista em Gestão Estratégica de Empresas Turísticas (UnicenP, 2005); mestrando em Gestão Ambiental (UnicenP); professor assistente do curso de Turismo do Centro UnicenP; coordenador da AGATUR – Agência Acadêmica de Turismo do UnicenP; Coordenador de Estágio Supervisionado em Turismo do Curso de Turismo do UnicenP. E-mail: waldirp@unicenp.edu.br

** Doutorado em Química na Universidade de São Carlos, em São Paulo – (2001). E-mail: evasconcelos@unicenp.edu.br

e credenciamento dos seus produtos, isto em nível mundial.

Em seguida, a revisão de literatura trata dos aspectos da certificação em ecoturismo em nível mundial, sendo que os quadros apresentados descrevem as iniciativas voluntárias de selos ecológicos e de auto-comprometimento, prêmios e certificações existentes e conhecidos mundialmente, especificamente para Operadoras Turísticas (OTs), que promovem o turismo sustentável, quer seja em âmbito administrativo (com aplicação de Sistemas de Gestão Ambiental), quer seja em nível de certificação de seus produtos (os pacotes e/ou roteiros ecoturísticos).

Não obstante, nesta pesquisa são considerados os critérios e regulamentações mais abrangentes para a prática ambientalmente saudável e ética do ecoturismo por parte unicamente das OEs e não dos ecoturistas, muito embora se discuta o papel das OEs também para a conscientização ecológica.

Impactos do ecoturismo

As inter-relações do turismo com o meio ambiente natural são repletas de implicações, que Salvati (2004) agrupa em duas categorias de impactos: os positivos e os negativos.

Os impactos que advêm da atividade de ecoturismo estão, a princípio, relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado, aos benefícios socioeconômicos e ambientais, esperados em níveis regionais e nacional, percebidos com um aumento considerável sobre as demandas relacionadas às áreas tidas como paraísos naturais.

Por conseguinte, em uma relação intrínseca derivada do próprio mercado emergente deste ramo de atividade, considerado o menos regulamentado do mundo, encontram-se paraísos naturais impactados em conseqüência desta demanda gerada pelo inquestionável estresse urbano (Russo, 2002; Mastny, 2002).

Mastny (2002) complementa que os problemas relacionados na ampla literatura sobre o tema identificam o consumo exagerado de energia como a origem da poluição dos mananciais, entre a de outros bens naturais e a intensa produção de lixo e sua disposição final no extremo limite da cadeia produtiva. Além disso, classifica-se o despreparo dos destinos turísticos para lidar com os danos como o ponto crucial deste problema claro.

Há que se transformar a percepção dos turistas sobre o ambiente visitado para que se processem intuições e mudanças de valores, inclusive no comportamento das pessoas, não só durante a visitaçao como também em seus retornos, tendo em vista que uma viagem tem o potencial de transformar a vida humana pela aquisição de cultura e observação de outras formas de comportamento.

Num contexto mais amplo, mas que não será abordado em maior profundidade neste artigo (que se limita às operadoras de turismo como emissárias de turistas), é o aspecto da liberdade do turista em acessar os destinos turísticos, considerado por Yasoshima (2000).

É preciso questionar sobre essa liberdade de acesso a áreas naturais protegidas, como também a eventual resistência ao cumprimento, respeito e observação de regras e normas que visam à ética dos usos e costumes de cada localidade turística. Voltamos então a outra discussão mais ampla, especificamente sobre a consciência ambiental.

Obviamente, a fragilidade dos ecossistemas naturais, na maioria das vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos. Por outro lado, a infra-estrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais da flora e fauna.

O Quadro 1 demonstra os efeitos e impactos negativos potenciais do ecoturismo.

Quadro 1 – Potenciais efeitos e impactos negativos do ecoturismo

Agente de impacto	Efeitos potenciais	Impactos potenciais
Trilhas pedonais Trilhas eqüestres Carros / Caminhonetes Veículos 4 X 4 Barcos a motor	Pisoteio, compactação do solo Remoção da cobertura vegetal Liberação de gases de combustão Derrame de óleo/combustível Ruído	Alteração da qualidade estética da paisagem Aumento da sensibilidade à erosão Eliminação de <i>habitat</i> Interrupção de processos naturais Deterioração da qualidade do ar Deterioração da qualidade da água Perturbação da fauna e flora
Lixo	Deterioração da paisagem natural	Redução da qualidade estética da paisagem Contaminação do solo, da água e ar
Descarga de Efluentes	Alteração da acidez da água Contaminação de aquíferos Deterioração da paisagem natural	Contaminação do solo, da água e do ar (mau cheiro) Redução da qualidade estética da paisagem Interferência na fauna e flora aquáticas
Vandalismo	Remoção de atrativos naturais Interrupção dos processos naturais	Redução da qualidade estética da paisagem Interferência na fauna e flora
Alimentação de animais	Mudança comportamental da fauna	Dependência da fauna Perturbação de visitantes
Construção de edifícios	Remoção da cobertura vegetal Eliminação de <i>habitat</i> Contaminação do ar (poeira e combustão de matéria orgânica) Poluição sonora	Alteração da qualidade estética da paisagem Aumento da sensibilidade à erosão Deterioração da qualidade do ar Stress na fauna e na flora

Fonte: Adaptado de AMBIENTE BRASIL (2007).

As operadoras ecoturísticas no contexto da atividade turística e ambientalmente responsável

As operadoras ecoturísticas exercem um papel fundamental no desenvolvimento da atividade turística e para a conservação de ambientes naturais, uma vez que suas atitudes estão diretamente relacionadas à sustentabilidade – ou não – dos destinos turísticos brasileiros.

Tomelin (2001) cita que “as agências de viagens e turismo prestam os serviços de operação de viagens e excursões – individuais ou coletivas –, compreendendo a organização, contratação e execução de programas, roteiros e itinerários (...)”.

Bona e Petrocchi (2003) definem que “a operadora contrata uma série de produtos diferentes e individualizados, combinando-os entre si para criar um novo produto, integrado e singular. Este novo produto recebe a denominação de *pacote turístico*”.

Ruschmann (2002) salienta que a variedade e diversidade de opções que a natureza oferece, com características às vezes únicas no planeta, deram origem a inúmeras operadoras turísticas que oferecem esses “pacotes” para as mais diversas regiões do país, cujas viagens consistem em programações variadas e roteiros integrados com vários tipos de transporte para os turistas.

A autora destaca ainda que a proliferação descontrolada do número de agências

de turismo denominadas “ecológicas” e a ausência de uma legislação específica que regulamente e controle suas atividades de forma eficaz tornam muitas dessas viagens altamente prejudiciais à preservação dos ecossistemas mais sensíveis, comprometendo também a proteção da privacidade e a originalidade das comunidades receptoras.

Conforme já citado, leis, regulamentos, normas e a conseqüente fiscalização do turismo ecológico no Brasil devem se basear tanto em métodos e conceitos teóricos (que já vêm sendo aplicados em outras partes do mundo), quanto em dados que retratem a sua prática no país, para que se estabeleçam critérios adaptados à realidade nacional, visando ao equilíbrio entre a preservação ambiental e os interesses econômicos.

Mas, apesar de a legislação brasileira exigir o registro das agências de viagens e turismo (operadoras, emissivas e receptivas), Ruschmann (2002) enfatiza que isto não contempla a especificação do tipo de atividade exercida por cada uma e, por isso, sua caracterização como “ecológica” depende do interesse ou não do proprietário em cadastrá-la como tal no Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR – (até março de 2005) e no Ministério do Turismo (a partir de 30 de março de 2005, com a entrada em vigor do Decreto 5.406 do MTur), uma vez que grande parte delas opera sem o citado registro.

A importância econômica, social, cultural e ambiental da atividade turística deve justificar a crescente necessidade de qualificação dos roteiros ecoturísticos, quer sejam as agências emissárias ou receptivas de turistas.

O turismo não pode mais ser conduzido de forma empírica, por meio de improvisações ou esquemas amadores. Há a necessidade de profissionalização e de planejamento (Ruschmann, 2002).

Os operadores ecoturísticos têm implementado suas iniciativas com um entendimento incompleto a respeito das questões referentes

à conservação e, conseqüentemente, operando de maneira insustentável (Ruschmann, 2002; Drumm e Moore, 2003).

Ao discutirem-se novas formas de certificação no desenvolvimento turístico, princípios de práticas turísticas sustentáveis, códigos de conduta, selos verdes, etc., faz-se necessária uma reflexão sobre princípios, valores e ética.

Para esta reflexão é preciso a incorporação de uma nova forma de pensar, planejar, conduzir e operar os destinos e produtos turísticos.

Conforme Lim e McAleer (2005), deve haver um desafio crescente para que os empresários do setor abdicuem da posição de meros fornecedores do serviço e assumam a posição de gerentes de experiências, particularmente aqueles que estão envolvidos com a interpretação de uma herança natural e cultural dos destinos.

Deverão estar compromissados com a conservação, proporcionando aos seus clientes experiências e um papel mais ativo que incorpore a aprendizagem, a atitude e a mudança comportamental, ao invés da mera apreciação.

Para uma iniciativa voluntária visando o desenvolvimento sustentável por parte das operadoras ecoturísticas, a OMT (2004) cita como elementos-chave:

- Resposta a pressões externas;
- Política;
- Responsabilidade social; e
- Intenção de antecipar-se às regulamentações legais ou de forma a complementar uma lei.

Ações pró-ativas, por parte das operadoras ecoturísticas, são gradativamente percebidas, cujas iniciativas não se restringem a reduzir e/ou dispor adequadamente resíduos, economizar água e energia nos ambientes de trabalho, mas essas ações ultrapassam as paredes dos escritórios, como por exemplo:

- Em 1996, a Operadora Soletur e o IBAMA criaram o programa “Viajar é Preservar”, um

trabalho de conscientização ecológica para turistas, treinamento de guias de turismo e distribuição de material de educação ambiental, cujo resultado chegou a mais de 110 mil passageiros durante os passeios turísticos realizados no Brasil no prazo de um ano.

- A Ambiental Expedições, em parceria com a SOS Mata Atlântica, incentiva seus clientes a neutralizar o carbono emitido em suas viagens com o projeto “Viagem Limpa e Consciente”.
- A operadora alemã TUI financiou em 2005 um estudo com 496 turistas norte-americanos em visita às Ilhas Seichelles (Oceano Índico) e comprovou que o turismo de observação (tubarões-baleia), quando feito de forma sustentável, pode gerar importantes benefícios econômicos e ambientais.
- A operadora brasileira Vivaterra colabora com o programa “Florestas do Futuro”, (uma iniciativa da SOS Mata Atlântica), financiando o plantio de uma árvore por passageiro para ajudar a neutralizar a emissão de carbono decorrente da viagem.
- A operadora ecoturística brasileira Freeway menciona em seu site (www.freeway.tur.br) e em folhetos de divulgação (impressos em papel cem por cento reciclado) dos produtos turísticos destinados a ambientes naturais por ela operados, enunciados e selos ecológicos de práticas ambientais.
- O Bureau Brasil de Ecoturismo promove e apóia a comercialização dos destinos e produtos ecoturísticos brasileiros no mercado internacional, certificando a qualidade da prestação de serviços das operadoras associadas.

Diretrizes, códigos de conduta, recomendações para certificação e/ou criação de selos ecológicos em ecoturismo

Nas duas últimas décadas surgiram várias referências para certificação e/ou criação de marcas de qualidade das práticas ambientais

de empresas turísticas, sendo apontadas neste estudo as principais.

Conforme Niefer e Silva (1999), em 1993, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The Ecotourism Society – TIES*), uma organização internacional sem fins lucrativos que visa disseminar informações sobre ecoturismo, lançou diretrizes para operadoras de ecoturismo, cujo livro de 20 páginas descreve detalhadamente cada diretriz, de acordo com os seus objetivos, técnicas utilizadas e benefícios ao visitante.

Os participantes da Conferência Mundial de Turismo Sustentável, em 1995, reunidos em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, Espanha, fazendo menção a várias Declarações, Princípios e Considerações, compilaram os preceitos destes documentos e criaram uma ampla declaração, apelando à comunidade internacional e, em particular, instigando todos os atores do turismo sustentável e os próprios turistas a adotar os princípios e objetivos contidos nesta declaração.

A OMT, juntamente com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel and Tourism Council – WTTC*) e o Conselho da Terra, divulgaram a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável”. Ambos indicaram a necessidade de se formatar parcerias entre os principais setores envolvidos com a questão – poder público, iniciativa privada e ONGs (Cupeto, 2003).

Das 19 áreas prioritárias recomendadas para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável, 10 são dirigidas às empresas turísticas.

As normas da série ISO¹ 14000 foram inicialmente elaboradas visando à questão do manejo ambiental, ou seja, o que uma organização pode fazer para minimizar os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas suas atividades (Maimon, 1999).

No contexto desta norma, Seiffert (2005) cita a série 14020, que a partir de 1998 tem por

1. International Standardization Organization (Organização Internacional de Normalização)

objetivo definir as regras para uma Rotulagem Ambiental. Porém, para melhor entendimento da questão, o autor alerta que vale uma ressalva: não existe selo verde da ISO 14000.

Cota (2006) acrescenta que elas estabelecem diferentes escopos para a concessão de selos ambientais, que, diferentemente da ISO 14001, não certificam processo, e sim linhas de produtos que devem apresentar características específicas, tomando como base critérios estruturais tecnicamente válidos.

O mesmo autor cita que, especificamente, a norma ISO 14024, do grupo 14020 e seguintes, determina como deve operar uma entidade que trabalha com um programa de selo verde, caracterizado por dois conceitos básicos de selo verde: o tipo I é uma declaração feita por uma terceira entidade que o produto de uma determinada empresa é ambientalmente correto; o tipo II é uma auto-declaração da empresa informando no seu rótulo que é um produto reciclável e que consome menos energia.

São enfoques diferenciados, mas ambos tentam, à sua maneira, informar o consumidor e a sociedade sobre a questão ambiental relativa ao produto. E para a sociedade, todos os dois tipos são válidos, desde que existam regras bem definidas para a certificação e ela possa ter a quem recorrer para dirimir possíveis dúvidas que surgirem no mercado. A fiscalização deve ser rigorosa nos dois tipos para que não haja rotulagem ambiental forçada, mascarando informações que não condizem com a realidade do produto nem do fabricante.

Para as operadoras ecoturísticas, o tipo I poderá significar um avanço na utilização definitiva de um selo verde, que norteará a homogeneização da linguagem das normas ambientais e determinará a sua certificação perante o mercado globalizado e demais atores envolvidos no turismo sustentável.

Ortolan (2004) justifica que o significativo crescimento da atividade turística e o envolvimento do mesmo com o setor socioeconômico, político e cultural, implicam em atitudes éticas

dos agentes de desenvolvimento do turismo. Para nortear turismólogos, turistas e população autóctone foi criado o Código Mundial de Ética do Turismo, documento que consiste em um completo processo de consulta e permite minimizar os efeitos negativos da atividade, protegendo o futuro do turismo mundial.

O Código Mundial de Ética do Turismo é composto por 10 artigos, sendo que 9 elucidam as diretrizes para os destinos, governos, operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e para os próprios turistas, e um artigo para a resolução de litígios (primeiro código dotado deste tipo de mecanismo de aplicação) (Frangialli, 1999).

Durante o Acordo de Mohonk, ocorrido na cidade de New Paltz/Nova Iorque/EUA em 2000, foram discutidos e nivelados os princípios e componentes que devem fazer parte de todo programa sólido de certificação. Os participantes reconheceram que os programas de certificação de turismo necessitam ser ajustados às características geográficas locais e aos respectivos segmentos turísticos, definindo os componentes universais que devem fundamentar todo programa de turismo sustentável e de ecoturismo.

De acordo com o Instituto EcoBrasil (2006), todo processo de certificação em turismo sustentável definido por este Acordo deve levar em conta os padrões e princípios do turismo sustentável, preferencialmente para as melhores práticas.

Em 2002, Ano Internacional do Ecoturismo, realizou-se em Quebec a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo. Este encontro, com mais de mil representantes dos setores público, privado e ONGs de 132 países, resultou em um documento conhecido como a Declaração de Quebec sobre Ecoturismo. Os participantes elaboraram um conjunto de 49 recomendações para governos, iniciativa privada e comunidades para a respectiva implementação do ecoturismo.

A Declaração incentiva os processos de certificação, a adoção de selos verdes e iniciativas

promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo e recomenda, ainda, a elaboração de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável.

Aspectos da certificação em ecoturismo

A elaboração de normas sem mudança de cultura não é suficiente para fazer o mercado perceber que as vantagens competitivas das mesmas são maiores do que os investimentos que se precisa fazer para cumpri-las (Augusto, 2004).

Cota (2006) lembra que outro fator preponderante da certificação é que ela vem ao encontro de uma tendência internacional de estabelecer produtos realmente sustentáveis e despertar no consumidor a importância de um poderoso ícone da era da informação, capaz de influenciar padrões de produção e consumo, podendo determinar, por exemplo: maior atuação da empresa nos problemas ambientais; responsabilidade por um órgão competente pela sua certificação; e segurança para o consumo.

Portanto, um selo ecológico, como poderoso ícone da era da informação, possibilita ao consumidor verificar como aquele produto foi e está sendo produzido, além de influenciar padrões de produção e consumo.

Seu efeito no Brasil ainda é discreto, refletindo o início recente e a conseqüente imaturida-

de do processo verificado primariamente em outros países. A certificação é importante para trazer mais responsabilidade e competitividade ao *trade* turístico em geral e aos consumidores, garantindo a qualidade sustentável dos serviços prestados e declarando a sustentabilidade (OMT, 2004).

Conforme estudos da WWF-Brasil (2004), a certificação do turismo no mundo conta, atualmente, com mais de 250 tipos de mecanismos entre prêmios e selos que atestam a qualidade de produtos e serviços de turismo. Entre estes, mais de 100 tipos de diferentes esquemas de certificação emitem algum tipo de selo. Paradoxalmente, esta proliferação evidencia o interesse em transformar o turismo em uma atividade sustentável. Porém, costuma gerar descrédito e confusão no mercado consumidor e investidor, pois a proliferação das concessões dos selos e dos endossos confundiu consumidores à extensão de preferir ignorar estas mensagens verdes (Font, 2002).

A seguir, apresentam-se os modelos de certificação (programas, códigos, decretos e redes de auto-comprometimento) presentes em nível mundial e/ou regionalizados. Os mesmos têm se expandido rapidamente desde meados dos anos 1990, geralmente pelo setor privado e com caráter voluntário, de acordo com o Inventário Mundial e Análise Comparativa de Iniciativas Voluntárias para o Desenvolvimento Sustentável (OMT, 2004), Quadro 2.

Quadro 2 – Programas de certificação direcionados a operadoras de ecoturismo

Denominação	Área de atuação	Início da certificação
PATA Green Leaf Program/APEC/ PATA Code for Sustainable Tourism	Ásia e Pacífico	1995
Certificación para la Sostenibilidad Turística	Costa Rica	1997
National Ecotourism Accreditation Program (NEAP)	Austrália	1997
Green Globe Certification	Mundial	1999
Horizons: the Saskatchewan Ecotourism Accreditation System	Canadá	2000
Smart Voyager	Equador	2000
Estonia – the Natural Way	Estônia	2001
Eco Diving Standards	Anfilhas Holandesas	2001/2
European Charter for Sustainable Tourism in Protected Áreas	Europa	2001
Kiskeya Alternative Certification Program	Haiti/República Dominicana	2001/2

Fonte: Adaptado de OMT, 2004.

Os prêmios para operadoras ecoturísticas com iniciativas e produtos inovadores e sustentáveis, que formam o segundo grupo de iniciativas voluntárias presentes no estudo da OMT (2004), apresenta-se no quadro 3. Esta premiação serve de estímulo e descoberta

de inovações aos seus interessados (o *trade* turístico) e somente quando aparecem exemplos interessantes transformam-se em modelos para a certificação, configurando o prêmio como instrumento correto a aplicar (OMT, 2004).

Quadro 3 - Prêmios para operadoras ecoturísticas com iniciativas e produtos inovadores e sustentáveis

Denominação	Área de atuação	Início da certificação
Internationale Umweltauszeichnung	Mundial	1987
TIA Odyssey Awards	Estados Unidos	1991
British Airways Tourism for Tomorrow Award	Mundial	1992
TopTeamNaTour	Alemanha	1999
Gemeinsam – ontour	Alemanha	2000
Starfish Award for Environmentally Responsible Tourism	Canadá	2000
Groene Duim	Países Baixos	2001

Fonte: Adaptado da OMT, 2004.

Os códigos, decretos e redes de auto-comprometimento de operadoras ecoturísticas ambientalmente sustentáveis, quadro 4, formam o terceiro grupo de iniciativas voluntárias representadas e analisadas no estudo da OMT (2004). Por meio destes verifica-se positivamente o interesse, por parte do *trade* turístico, em mostrar seu apoio ativo e constante para a melhoria do desempenho e do comportamento turístico em termos de responsabilidade

sócio-ambiental. A conduta dos cooperados é denunciar, interromper e/ou substituir as ações em prol de melhores comportamentos, produtos e serviços turísticos.

Muitas vezes, estes instrumentos proponentes apóiam e complementam a legislação (nacional e/ou internacional), inclusive excedendo a conformidade e a aceitação destas normas em relação às anteriormente estipuladas.

Quadro 4 – Códigos, decretos e redes de auto-comprometimento de operadoras ecoturísticas ambientalmente sustentáveis

Denominação	Área de Atuação	Início de atividades
Tour Operator Guidance for those organising and Conduction Tourism and Non-Government Activies in the Antarctic	Antártica	1994
Code of Conduct for Commercial Tour Operators in Gwaii Haanas/ South Moresby	Canadá	1990
Code of Ethics and Guidelines for Sustainable Tourism	Canadá	1990
International Council of Cruise Lines Industry standards for waste management	Estados Unidos	1990
Best Practices for viewing Marine Wildlife	Estados Unidos e Canadá	1994
Duurzaam toerisme Alpen 2005	Países Baixos (Alpes)	1998
Fórum anders reisen	Alemanha	1998
Erklärung von Kreta	Suíça	1999
Fair Trade in Tourism Initiative	África	1999
Fiji Ecotourism Best Practices Program	Ilhas Fiji	1999
Tour operators Initiative for Sustainable Tourism	Mundial	2000
Kenia Ecorating Scheme	Quênia	2001

Fonte: Adaptado de OMT, 2004.

Não se identificam em todos estes programas (e seus respectivos selos ecológicos) quaisquer fatores desabonadores, pois os mesmos cumprem a função de criar e garantir uma escolha por parte do consumidor, por revelarem um padrão significativamente elevado em relação à qualidade sócio-ambiental dos vários produtos turísticos que representam, se comparados àqueles sem certificação.

Certificação em ecoturismo no Brasil

Criado em 2001 – antecipando-se à Conferência Mundial de Ecoturismo, em Quebec, no Canadá – o Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) teve como objetivo planejar e implementar uma estratégia de certificação para toda a cadeia de turismo sustentável no Brasil, desde roteiros de ecoturismo e esportes de aventura até componentes do turismo convencional.

A criação do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), em 2003, por iniciativa da WWF-Brasil (*Worldwide Wildlife Foundation*) e da SOS Mata Atlântica, foi um marco importante para a implantação dessa nova visão do turismo no país (Brasil, 2004).

Rocha (2007) menciona que os objetivos iniciais principais visavam: desenvolver o Sistema Brasileiro de Normas e de Certificação em Turismo Sustentável; disseminar informações sobre tecnologias e boas práticas sustentáveis, visando a melhoria de qualidade, meio ambiente, segurança e responsabilidade social no setor turístico; capacitar profissionais para prestar assessoria técnica às empresas; fornecer subsídios para implementação de boas práticas sustentáveis nas PMEs; promover as empresas participantes e a imagem do destino Brasil Sustentável em mercados internacionais; envolver as partes interessadas no debate sobre a sustentabilidade das atividades do setor do turismo.

Este programa tem recebido melhorias contínuas nas edições da *Adventure Fair* (a maior feira de ecoturismo e aventura do Hemisfério

Sul), objetivando padronizar, catalisar e unificar as experiências das centenas de selos de ecoturismo existentes ao redor do mundo, e é apoiado por diversas instituições, organizações e segmentos ambientais, sociais, educacionais e econômicos do Brasil.

Inicialmente, poucas agências e operadoras de turismo do Brasil se inscreveram no PCTS. As primeiras normas deste Programa foram então direcionadas aos meios de hospedagem, iniciando os trâmites na ABNT – Associação Brasileira das Normas Técnicas, convertendo-se na primeira Norma Brasileira (NBR) voluntária: “Meios de Hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade – Requisitos”, cujo código é ABNT NBR 15401: 2006 (Furtado, 2007).

Mais recentemente, a ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura iniciou o processo de melhores práticas. Para tanto, foi criado o Programa Aventura Segura, em que o seu SGS – Sistema de Gestão da Segurança – atestará procedimentos de segurança para seus produtos (roteiros de Turismo de Aventura). Este ato culminará na certificação das empresas associadas e de condutores com base na norma ABNT NBR 15331 – “Norma Técnica de Sistemas de Gestão da Segurança” a partir do primeiro semestre de 2008, com respaldo e crédito do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Conclusão

A utilização da certificação do turismo proporcionará credibilidade nacional e internacional aos roteiros oferecidos no país. Isto será possível devido à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs.

Para as operadoras de ecoturismo, estas experiências poderão significar a indicação de práticas associadas e integradas no cum-

primento e monitoramento das atividades que regem a sustentabilidade social, econômica e ambiental de regiões e comunidades locais.

O caráter do presente artigo, nesta etapa, é "aberto", pois ainda não é um documento conclusivo, o que permite contribuições a todos os atores envolvidos, até que se esgotem todos os estudos e subsídios para aprimorá-lo, a fim de que ele reflita melhor para o pensamento da efetiva aplicação de uma certificação de roteiros ecoturísticos.

Referências bibliográficas

- AMBIENTE BRASIL. **Página institucional de Ambiente Brasil**. 2007. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/ecoturismo/index.html&conteudo=/ecoturismo/artigos/impactos.html>. Acesso em: 7 jun. 2008.
- AUGUSTO, J. O turismo que dá certo. Entrevista a Sérgio A. Brasil. **Revista Host Hospitalidade & Turismo Sustentável**. São Paulo, p.28-36, ago.-set. 2004. Disponível em: <www.revistahost.com.br/publisher/preview.php?edicao=0994&id_mat=64>. Acesso em: 8 mar. 2008.
- BONA, A.; PETROCCHI, M. **Agências de turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2003.
- BRASIL, S.A. O turismo que dá certo. **Revista Host Hospitalidade & Turismo Sustentável**. São Paulo, p.28-36, ago.-set., 2004.
- COTA, R.A. **Rotulagem ecológica: motivador potencial ao consumidor**. 2006. Disponível em: <www.institutologosambiental.org.br/artigoCompleto.php?cdArtigo=5>. Acesso em: 1 jun. 2007.
- CUPETO, C. **Ecoturismo, a sustentabilidade do turismo do século XXI**. 2003. Disponível em: <www.ciari.org/opiniao/ecoturismo.htm>. Acesso em: 18 mai. 2007.
- DRUMM, A.; MOORE, A. **Desenvolvimento do ecoturismo: um manual para os profissionais de conservação**, v.1. Arlington: The Nature Conservancy, 2003.
- FONT, X. Environmental certification in tourism and hospitality: progress, process and prospects. **Tourism management**. v.23, p.197-205, 2002.
- FRANGIALLI, F. **Código mundial de ética do turismo: preparação para o novo milênio**. 1999. Disponível em: <<http://rec.web.terra.com.br/hoteltur/codigo.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2007.
- FURTADO, A. **PCTS – Programa de certificação em turismo sustentável**. 2007. Disponível em: <www.agenciaar.com.br/index.php?idcanal=28>. Acesso em: 18 mai. 2007.
- INSTITUTO ECOBRASIL – Ecoturismo e Turismo Sustentável. **Conceitos de ecoturismo**. 2006. Disponível em: <www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=10&sid=5>. Acesso em: 1 jun. 2007.
- KISS, A. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds? **Trends in ecology and evolution**. v.19, n.5, mai., 2004.
- LIM, C.; McALEER, M. Ecologically sustainable tourism management. **Environmental modeling & software**. v. 20, p.1.431-1.438, 2005.
- MAIMON, D. **ISO 14001: passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- MASTNY, L. Redirecionando o turismo internacional. In: FLAVIN, C. **O estado do mundo. Especial RIO+10**. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica/UNESCO, 2002.
- NIEFER, I.A.; SILVA, J.C.G.L. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos da Biodiversidade**. Curitiba: v.2, n.1, p.53-61, 1999.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável: inventário mundial e análise comparativa de 104 selos ecológicos, prêmios e iniciativas de auto-comprometimento**. Departamento de Desenvolvimento do Turismo Sustentável; [trad. Gabriela Scuta Fogliari]. São Paulo: Roca, 2004.

- ORTOLAN, J. **Considerações sobre a ética no turismo e o código mundial de ética no turismo**. Piracicaba, 2004. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Núcleo de Pesquisas e Informações Turísticas. Instituto Educacional Piracicabano. Disponível em: <www.unimep.br/fgn/apoikia/Resumos%20de%20Monografias/Juliana%20Ortolan>. Acesso em: 1 jun. 2007.
- ROCHA, D. **Avanços do ecoturismo**. 2007. Disponível em: <<http://ambienteemfoco.com.br/?p=3900>>. Acesso em: 18 mai. 2007.
- RUSCHMANN, D.V.D.M. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. Barueri: Manole, 2002.
- RUSO, C.R. **(Eco)Turismo e educação ambiental**. Campo Grande: UniABC, 2002.
- SALVATI, S.S. **Turismo responsável: manual para políticas locais**. Brasília: WWF-Brasil, 2004.
- SEIFFERT, M.E.B. **ISO 14001 – sistema de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2005.
- TOMELIN, C.A. **Mercado de agências de viagens e turismo: como competir diante das novas tecnologias**. São Paulo: Aleph, 2001.
- YASOSHIMA, J.R. **O desenvolvimento histórico das viagens e do turismo**. Santo André: Universidade do Grande ABC, 2000.

Cronologia do processo editorial:	
Recebimento do artigo:	16-jan-2008
Envio aos pareceristas:	13-mai-2008
Recebimento dos pareceres:	26-mai-2008
Envio para a revisão do autor:	28-mai-2008
Recebimento do artigo revisado:	15-ago-2008
Aceite:	15-ago-2008